



A SOCIEDADE DO CONSUMO DE JEAN BAUDRILLARD E AS COZINHAS SOLIDÁRIAS: ENTRE A HIPERREALIDADE E A RESISTÊNCIA MATERIAL

Elisandro Matos Rodrigues¹

RESUMO

A obra “A Sociedade do Consumo” (1970 [1995]), de Jean Baudrillard, oferece uma crítica contundente à lógica capitalista que transforma objetos em signos de status, alienando indivíduos em um ciclo de consumo infinito. Em contraponto, as cozinhas solidárias, iniciativas emergentes no Brasil, representam uma prática coletiva que desafia essa dinâmica ao priorizar necessidades básicas e a solidariedade. O consumo não satisfaz necessidades reais, mas sim a busca por significados simbólicos, como status ou distinção. Essa “hiperrealidade” cria uma ilusão de abundância, ocultando a desigualdade estrutural: o crescimento econômico depende da manutenção de privilégios e da miséria, pois a escassez artificial sustenta a demanda por novos signos. As cozinhas solidárias, por sua vez, surgem em um processo contrário a teoria de Baudrillard, operando um percurso antagônico ao consumo, pelo prisma da coletividade, socialização do alimento e refeições e a crítica as desigualdades sociais. Este artigo explora como a teoria baudrillardiana ilumina as contradições da sociedade de consumo, enquanto as cozinhas solidárias surgem como resistência material a essa ordem simbólica

Palavras-chave: Solidariedade; Insegurança Alimentar; Fome; Re-existência

RESUMEN

La obra “La sociedad de consumo” (1970 [1995]), de Jean Baudrillard, ofrece una crítica contundente a la lógica capitalista que transforma los objetos en signos de estatus, alienando a los individuos en un ciclo de consumo infinito. En contraposición, las cocinas solidarias, iniciativas emergentes en Brasil, representan una práctica colectiva que desafia esta dinámica al priorizar las necesidades básicas y la solidaridad. El consumo no satisface necesidades reales, sino la búsqueda de significados simbólicos, como el estatus o la distinción. Esta “hiperrealidad” genera una ilusión de abundancia que oculta la desigualdad estructural: el crecimiento económico depende del mantenimiento de los privilegios y de la miseria, pues la escasez artificial sostiene la demanda de nuevos signos. Las cocinas solidarias, por su parte, surgen en un proceso contrario a la teoría baudrillardiana, operando en un trayecto antagónico al consumo, bajo el prisma de la colectividad, la socialización del alimento y de las comidas, y la crítica a las desigualdades sociales. Este artículo explora cómo la teoría baudrillardiana ilumina las contradicciones de la sociedad de consumo, mientras que las cocinas solidarias emergen como una resistencia material frente a ese orden simbólico.

Palabras clave: Solidaridad; Inseguridad Alimentaria; Hambre; Re-existencia

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (Grupam). Email: elisandro@academico.ufs.br.



INTRODUÇÃO

A obra “A Sociedade do Consumo” (1970 [1995]), de Jean Baudrillard, oferece uma crítica contundente à lógica capitalista que transforma objetos em signos de status, alienando indivíduos em um ciclo de consumo infinito. Em contraponto, as cozinhas solidárias, iniciativas emergentes no Brasil, representam uma prática coletiva que desafia essa dinâmica ao priorizar necessidades básicas e a solidariedade. Baudrillard argumenta que, na sociedade contemporânea, os objetos transcendem sua função utilitária para se tornarem signos que definem identidades e hierarquias sociais. O consumo não satisfaz necessidades reais, mas sim a busca por significados simbólicos, como status ou distinção. Essa "hiperrealidade" cria uma ilusão de abundância, ocultando a desigualdade estrutural: o crescimento econômico depende da manutenção de privilégios e da miséria, pois a escassez artificial sustenta a demanda por novos signos.

Além disso, Baudrillard critica a ideia de "sociedade afluenta", destacando que o capitalismo gera penúria simbólica: mesmo em meio à abundância material, a insatisfação é perpetuada pela criação contínua de desejos artificiais. A publicidade, por exemplo, não vende produtos, mas promessas, reforçando a alienação.

As cozinhas solidárias, por sua vez, surgem em um processo contrário a teoria de Baudrillard, operando um percurso antagônico ao consumo, pelo prisma da coletividade, socialização do alimento e refeições e a crítica as desigualdades sociais. Este texto explora como a teoria baudrillardiana ilumina as contradições da sociedade de consumo, enquanto as cozinhas solidárias surgem como resistência material a essa ordem simbólica.

METODOLOGIA

Adotou-se como fundamentação teórico-metodológica a análise crítica da obra “A Sociedade do Consumo”, articulada a dados empíricos e referências bibliográficas que subsidiam a compreensão das cozinhas solidárias enquanto categoria analítica no âmbito da ciência geográfica. O objetivo central consistiu em estabelecer uma conexão dialética entre a teoria baudrillardiana do consumo e as práticas materiais de re-existência operacionalizadas

pelos agentes das cozinhas solidárias, visando compreender como essas iniciativas opoem-se às lógicas hegemônicas de produção e consumo. Nos territórios onde atuam, priorizam a construção de redes comunitárias de solidariedade, a articulação político-social,



processos educativos de formação crítica e a inserção de práticas agroecológicas na cadeia produtiva de alimentos fomentando modos de vida pautados na sustentabilidade e na justiça social.

Para caracterizar a práxis coletiva dessas organizações, recorreu-se a dados qualitativos e quantitativos obtidos na pesquisa em curso, abrangendo duas dimensões: 1) revisão sistemática da literatura, mediante consulta a bases como Google Acadêmico e SciELO, com foco em produções que abordam economia solidária, geografia humana e segurança alimentar; e 2) trabalho de campo realizado no recorte espacial do município de Aracaju-SE, que incluiu observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Essa abordagem permitiu examinar, de forma integrada, a materialidade das ações coletivas e suas interfaces com estruturas socioespaciais mais amplas.

A triangulação entre o arcabouço teórico-conceitual de Baudrillard, a análise bibliográfica e os dados empíricos buscou não apenas validar hipóteses, mas também contribuir para a construção de um marco analítico crítico na geografia, capaz de interpretar iniciativas de resistência material como fenômenos espacialmente situados e politicamente significativos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A leitura de *Comida como Cultura*, de Massimo Montanari (2004 [2024]), amplia a compreensão da alimentação como fenômeno que ultrapassa o biológico. Para o autor, a comida é uma forma de linguagem: contém léxico, sintaxe e gramática, articulando identidades e pertencimentos. A cozinha, portanto, é o primeiro ato cultural da humanidade — o momento em que o homem, ao transformar o alimento cru em cozido, inaugura a cultura sobre a natureza.

Essa perspectiva permite entender que a alimentação, antes de ser um ato individual, é um processo histórico e social de produção de significados. A seleção, o preparo e o consumo dos alimentos constituem narrativas de poder, distinção e identidade. No entanto, como observa Baudrillard, na modernidade tardia essa gramática se inverte: a comida passa a ser mediada por signos de distinção, convertendo-se em simulacro. A refeição, que em Montanari representa o “comer junto” e a partilha simbólica da cultura, no capitalismo estético se converte em performance individual e espetáculo de consumo.

Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2014) demonstram como o capitalismo contemporâneo passou a operar pela lógica da estética e da sedução. O prazer, a imagem e o hedonismo tornam-se elementos centrais da produção e da circulação de mercadorias. A comida, nesse contexto, é estetizada: o alimento deixa de ser necessidade para tornar-se signo de distinção, prazer e



espetáculo, fenômeno visível na proliferação das gastronomias midiáticas e dos “influencers alimentares”.

Baudrillard e Lipovetsky convergem ao identificar a dissolução da fronteira entre o útil e o simbólico. O que se consome não é mais o alimento em si, mas a promessa de felicidade que ele encarna. Tal processo gera uma estetização da fome — uma espécie de perversão moral em que a escassez real coexiste com a abundância imagética.

Enquanto o capitalismo global exalta o prazer e o consumo, Jean Ziegler (2012) denuncia, o caráter estrutural da fome no mundo contemporâneo. A fome, segundo o autor, não é resultado da escassez natural, mas de uma lógica de exclusão deliberada que transforma o alimento em mercadoria especulativa. Ziegler descreve o sistema agroalimentar mundial como uma máquina de morte, na qual milhões de pessoas são condenadas à subnutrição por políticas neoliberais e pela especulação financeira sobre os grãos.

Ao aproximar Ziegler de Baudrillard, percebe-se que a “hiperrealidade” do consumo depende da negação do real — isto é, da ocultação das populações famintas. A abundância simbólica do Norte global e das classes médias urbanas só se sustenta porque a fome permanece invisível e naturalizada nas periferias do capitalismo.

A narrativa de Carolina Maria de Jesus (1960 [2014]) em *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* confere corpo e voz a essa realidade invisibilizada. A fome, em sua escrita, adquire cor e textura — “a cor amarela da fome” — e expõe o limite da humanidade reduzida à sobrevivência. Carolina traduz em linguagem literária o que Ziegler denuncia em termos geopolíticos: a fome como violência estrutural, como expressão do apartheid social urbano.

Nesse ponto, o diálogo com Corrêa (1995) é elucidativo. Para o geógrafo, o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante das relações sociais. A segregação espacial é instrumento de dominação e exclusão, o que transforma as periferias em verdadeiros “quartos de despejo” da cidade capitalista. As cozinhas solidárias, ao se instalarem nesses territórios marginalizados, operam como formas de reapropriação do espaço urbano — reinventam a cidade pelo gesto da partilha.

Michael Pollan (2006), propõe uma reflexão sobre o colapso das culturas alimentares tradicionais. Para o autor, a industrialização e a globalização romperam o vínculo entre alimento e cultura, transformando o ato de comer em uma prática mediada pela indústria, pela publicidade e pela lógica da conveniência. Essa ruptura gera um “dilema alimentar nacional”: uma sociedade que, mesmo em meio à abundância, vive ansiosa, doente e desorientada quanto ao que comer.



As cozinhas solidárias emergem como contraponto a esse dilema, resgatando o sentido comunitário da alimentação. Elas retomam, de forma empírica e política, a ideia montanariana de que “comer junto” é um ato fundador de cultura, e que a produção de comida é, antes de tudo, uma produção de laços sociais.

Alvim (2016), em sua tese demonstra que o combate à fome é um processo histórico de resistência e reivindicação popular. As mobilizações analisadas — das Marchas da Panela Vazia às campanhas da CNBB — revelam que a luta contra a fome é também luta pela democracia e pela cidadania.

As cozinhas solidárias inscrevem-se nessa genealogia. São herdeiras das práticas coletivas que, desde a redemocratização, associam a alimentação à emancipação social. Em tempos de neoliberalismo e insegurança alimentar, elas reatualizam o papel político do alimento, transformando-o em instrumento de luta e solidariedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Cozinhas Solidárias, articuladas a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), configuram-se como iniciativas de enfrentamento à insegurança alimentar, direcionadas a populações em situação de sociovulnerabilidade. No Brasil, tais projetos ganharam relevância durante a pandemia de Covid-19, contexto em que a crise sanitária exacerbou desigualdades históricas.

Do ponto de vista teórico, essas práticas estabelecem um diálogo com a noção baudrillardiana de sociedade de consumo. Baudrillard postula que os objetos transcendem sua funcionalidade material, assumindo valores simbólicos que perpetuam hierarquias sociais. Contudo, as Cozinhas Solidárias operam em contraposição a essa lógica, priorizando o valor de uso dos alimentos (Sordi, 2023). Enquanto o sistema capitalista transforma a alimentação em mercadoria (Marx, 1867) carregada de significados (como status ou desejo), essas iniciativas reafirmam a dimensão concreta do alimento como direito básico, destinado a suprimir a fome e assegurar dignidade humana.

A conexão entre Baudrillard e as Cozinhas Solidárias reside na crítica à fetichização da mercadoria. Para o autor, o consumo anula a materialidade dos objetos, substituindo-a por significados abstratos. Já as cozinhas reafirmam a materialidade da vida, resgatando o alimento como bem essencial, não como signo.

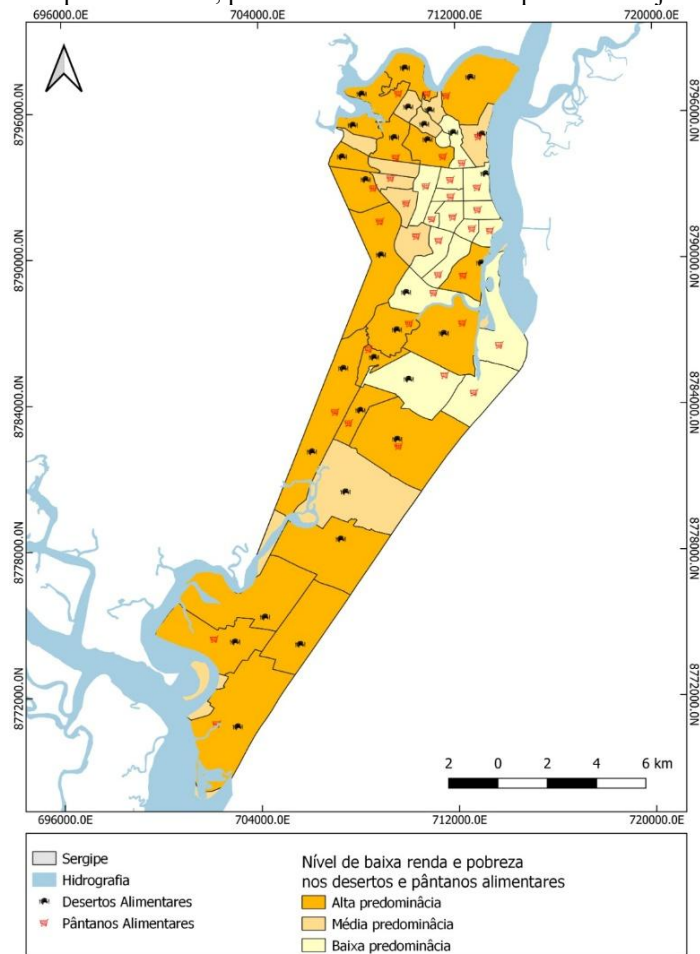
No entanto, há tensões: enquanto Baudrillard enfatiza a impossibilidade de resistência dentro do sistema simbólico ("negação da realidade"), as Cozinhas Solidárias demonstram que



práticas concretas podem subverter a lógica dominante. Elas não apenas contestam a desigualdade, mas também reivindicam o direito à cidade (Lefebvre, 1968) e à alimentação adequada (Paiva, et.al., 2019), articulando-se com movimentos sociais e políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No contexto urbano de Aracaju, observa-se que as cozinhas solidárias transcendem a função imediata de fornecer refeições gratuitas para mitigar carências nutricionais, assumindo também um papel crítico na denúncia das desigualdades estruturais perpetuadas pela insuficiência de políticas públicas direcionadas à população em situação de sociovulnerabilidade. Consoante a dados integrados do Cadastro Único (CadÚnico), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2017-2018) e de investigações acadêmicas locais, identificou-se que mais de 200 mil habitantes do município — equivalente a 30% da população total — residem em áreas classificadas como desertos alimentares ou pântanos alimentares (figura 1).

Figura 1 Mapa de desertos, pântanos e renda do município de Aracaju-SE, 2025.





Os desertos alimentares correspondem a regiões geográficas nas quais o acesso a alimentos saudáveis é significativamente restrito, tanto em disponibilidade quanto em acessibilidade (Honório, 2020). Segundo parâmetros estabelecidos no contexto brasileiro (BRASIL, 2024), essas áreas são definidas pela presença de 0 a 5 estabelecimentos comerciais que oferecem opções alimentares saudáveis, considerando um raio de 15 minutos de caminhada para cada grupo de 1 mil habitantes.

Em contrapartida, os pântanos alimentares representam locais marcados pela sobrecarga de estabelecimentos que priorizam a comercialização de produtos não saudáveis (Shaw, 2006), especialmente os ultraprocessados. Nessas regiões, identificam-se mais de 15 pontos de venda de mantimentos de baixo valor nutricional dentro do mesmo critério espacial e demográfico (15 minutos de caminhada por 1 mil habitantes). A concentração excessiva dessas opções favorece padrões alimentares desequilibrados, associados a riscos elevados de doenças crônicas (BRASIL, 2024). Tais conceitos referem-se, respectivamente, à escassez de acesso a alimentos nutritivos e à predominância de opções ultraprocessadas em determinadas regiões, cenário agravado por condições socioeconômicas precárias.

Aliada a essa realidade, a análise revela que 113 mil pessoas em Aracaju sobrevivem com renda inferior a meio salário mínimo (Brasil, 2024), fator que intensifica a insegurança

alimentar e limita o acesso a direitos básicos. Essa conjuntura evidencia uma crise multidimensional, na qual a insuficiência de renda, a má distribuição de recursos alimentares e a omissão estatal configuram um cenário de precarização sistêmica, afetando não apenas a alimentação, mas também dimensões essenciais como saúde, educação e dignidade humana.

Nesse sentido, as cozinhas solidárias emergem como espaços de re-existência e articulação comunitária, expondo as falhas do Estado e reivindicando a alimentação como um direito fundamental. Como exposto por Mendonça, Júnior (2011), ao estudarem as dinâmicas dos povos cerradeiros, as (re)existências, consistem no modo de resistir e existir a lógica hegemônica do capital e buscar por meio da organização e reorganização dos movimentos, alternativas contra-hegemônicas. Arruda e Fonseca (2018, p. 217), por sua vez, sintetizam a re-existência como um "gesto político" orientado por uma ética que busca mudanças sociais "tanto menos ambiciosas quanto mais sensíveis". Essa concepção desloca o foco da confrontação direta para microações cotidianas (figura 2) – como a ocupação de espaços públicos, a preservação de culturas locais e a construção de redes solidárias –, que, em sua delicadeza, desafiam estruturas dominantes e reivindicam justiça social.

Figura 2 Doações de alimentos realizado pela cozinha solidária



Fonte: RODRIGUES. E.M., 2025

Ademais, essas cozinhas desafiam o individualismo inerente à dinâmica consumerista. Para Baudrillard, as relações sociais na pós-modernidade são mediadas por transações simbólicas e efêmeras, que fragmentam vínculos comunitários. Em contraste, as cozinhas solidárias ressignificam o espaço coletivo, fomentando a mutualidade e a organização horizontal. Voluntários e beneficiários colaboram não apenas na produção de refeições, mas na construção de redes de apoio que transcendem a mera assistência, reforçando laços de solidariedade política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida por Jean Baudrillard acerca da sociedade de consumo delinea um cenário sociocultural marcado pela substituição progressiva das necessidades concretas por sistemas simbólicos, nos quais os signos adquirem primazia sobre a materialidade. Contrapondo-se a essa lógica, iniciativas como as Cozinhas Solidárias emergem como práticas contra-hegemônicas, materializando respostas coletivas à precariedade socioeconômica e reafirmando a interdependência entre ação política e transformação social.

Enquanto o conceito baudrillardiano de hiperrealidade descreve uma alienação imersa em simulacros, na qual a distinção entre real e representação se dissolve, as Cozinhas Solidárias configuram-se como espaços de rearticulação do vínculo social. Nelas, a solidariedade transcende o gesto assistencialista, assumindo caráter político ao confrontar a racionalidade



individualista inerente ao consumo. Tais iniciativas não apenas suavizam carências imediatas, mas indicam a possibilidade de reconfigurar relações de produção e distribuição, enaltecendo a agência coletiva como antítese à fragmentação imposta pelo capitalismo tardio.

Nesse sentido, se a teoria de Baudrillard expõe os perigos de uma sociedade esvaziada de substância, as Cozinhas Solidárias ilustram a resiliência de práticas que ressignificam o comum. Ao operarem na intersecção entre urgência material e emancipação política, tais projetos revelam que a resistência à lógica consumista não reside na negação abstrata, mas na construção concreta de alternativas pautadas pela cooperação e pelo reconhecimento mútuo.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Daniel Horta. *Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988*. Niterói: UFF, 2016.

ARRUDA, Mario Alberto Pires de; FONSECA, Tania Mara Galli. Existência enquanto re-existência em tempos de medo. *Mnemosine*, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41689>

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade do consumo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Nacional sobre Desertos e Pântanos Alimentares. Brasília, 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

HONÓRIO, Olivia Souza et al. Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Composição Racial da População. Aracaju: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 7 abr 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso em: 03 abr. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1968.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *O capitalismo estético na era da globalização*. Lisboa: Edições 70, 2014.



MARX, K. **O capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. (Original publicado em 1867).
MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; JÚNIOR, Antonio Thomaz. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 2, 2011.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2024.

PAIVA, Janaína Braga de et al. **A confluência entre o “adequado” e o “saudável”**: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00250318, 2019.

POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

SHAW, Hillary J. Food deserts: towards the development of a classification. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, v. 88, n. 2, p. 231-247, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.04353684.2006.00217>.

SORDI, Denise de. **Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**: Solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). *Revista Mundo do Trabalho*, v. 15, p. 1-21, 2023.n

ZIEGLER, Jean. *Destruição massiva: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2012.